



APA Lagoas e Dunas do Abaeté (BA): o avanço do perímetro urbano, proteção ecossistêmica e resistência do conjunto natural e humano

Nathalia Rodrigues Silva ¹

Adrielle Meneghetti Lopes de Sousa ²

Daniella da Silva Mendes ³

Ana Luiza Provenzano Marques Santos ⁴

Luana Monteiro Hingel ⁵

Pedro Paulo Costa Ferreira ⁶

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté é uma unidade de conservação localizada em Itapuã, bairro de Salvador (BA) e possui a finalidade de proteger os sistemas de restingas, dunas e lagoas remanescentes de Salvador. A APA está localizada em um cenário de urbanização e crescimento populacional que a cidade passou a experimentar a partir da segunda metade do século XX, estrangulando o ecossistema costeiro ainda conservado. Este trabalho tem como objetivo analisar as alterações nas dunas e lagoas presentes na área de preservação e as estratégias dos grupos de resistência que buscam manter as narrativas locais e a sua relação com a APA Lagoas e Dunas do Abaeté, para conter o avanço da especulação imobiliária e grupos políticos de interesse privado. A região estudada possui a drenagem escassa e irregular explicada pelas características das dunas encontradas na área. Um outro elemento é a vegetação, cuja em sua maioria, é de restinga e faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Diante desse cenário, fica evidente a importância do local para as dinâmicas naturais e sociais encontradas na cidade de Salvador e no bairro de Itapuã. Paralelo a esse fator, houve o processo contínuo de danificação dos elementos presentes no recorte retratado, como as lagoas, as dunas e a vegetação. Em contrapartida aos desgastes encontrados no local, os grupos de resistência coesos lutam para a proteção dessa região fundamental para o conjunto natural e humano.

Palavras-chave: Área de Preservação Ambiental; Lagoas e Dunas do Abaeté; Ambientes Costeiros; Áreas de Preservação Urbana.

¹ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, silvasnathaliar@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, adriellemeneghettidsa@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, danielladsmendes@gmail.com;

⁴ Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, analuizaprosantos@gmail.com;

⁵ Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Luana.m.hingel@gmail.com;

⁶ Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, paulocostageog@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté é uma Unidade de Conservação do Grupo de Uso Sustentável inserida no nordeste do município de Salvador (BA). Criada pelo Decreto Estadual nº351/1987 possui a finalidade de proteger os sistemas de restingas, dunas e lagoas remanescentes de Salvador (BAHIA, 1987), em um cenário de urbanização e crescimento populacional que a cidade passou a experimentar a partir da segunda metade do século XX, tornando-se uma área desejada para ampliação dos interesses econômicos e transformando-se em alvo de disputas territoriais de uso do solo e consequentemente estrangulando o ecossistema costeiro ainda conservado, demonstrando a fragilidade da unidade frente às ameaças ao ecossistema costeiro e uma desapropriação da história e uso cultural do Abaeté por suas populações tradicionais.

As Lagoas e Dunas do Abaeté narram a trajetória de resistência simbólica, religiosa e cultural existente na laguna do Abaeté, por meio de seu histórico de ocupação. Caracterizada por ser uma vila de pescadores afro-indígenas (Azevedo, 1959, apud Oliveira, 2009) sua ocupação foi consolidada no século 17, impulsionada pela ascensão da caça baleeira (Oliveira, 2009). A expansão urbana da cidade se tornou desenfreada a partir dos anos 1950, aumentando assim o contingente populacional de Itapuã (Oliveira, 2009). Em 1986 foram observadas ocupações realizadas por populações de baixa e alta renda ao longo das dunas do Abaeté, década em que foi instituída a Área de Proteção Ambiental (APA). A prática de ocupações irregulares não cessou, segundo a edição de 7 de Outubro de 2021 do Jornal da Metrópole, os moradores ao redor da Lagoa do Abaeté observam construções desde 2019 nas áreas de dunas.

METODOLOGIA

O trabalho faz parte do roteiro da disciplina Estágio de Campo I, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre os dias 25 de novembro a 03 de dezembro de 2024. O trabalho de campo foi realizado dentro da APA, na Lagoa do Abaeté e Dunas de Mascarenhas, em uma caminhada guiada pela antropóloga e local



Clara Domingues, membros do coletivo Nosso Quilombo, Em Defesa do Abaeté e do Fórum Permanente de Itapuã. A coleta de dados foi realizada por meio da observação sistemática, com anotações e observações feitas em campo, e para responder as hipóteses aqui levantadas e escolhidas por temática foi feito um levantamento bibliográfico anterior e posterior ao campo, contando com artigos, manchetes de notícias, banco de dados e redes sociais dos coletivos locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

TERRITÓRIOS E DISPUTAS

A noção territorial está intrínseca ao conceito de poder, entendido que toda relação de poder produzida por um sujeito produz território, haja vista os diferentes interesses (Raffestin, 1993). Na área referente a APA Lagoas e Dunas do Abaeté, o conceito compreendido por essa ideia é constatado a partir do processo de urbanização. A formação da malha urbana ao longo da Área de Proteção Ambiental ocorreu de maneira concomitante ao esperado no processo de urbanização, ou seja, com a incitação da degradação ambiental, da desorganização social, dos problemas de habitação e de saneamento básico (Silva, 1997).

Assim, ao longo do extenso encadeamento urbano, houve a expansão da faixa imobiliária para o litoral compreendido por Itapuã e bairros adjacentes, em um processo o qual registrou o seu marco em meados do século XX no contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, onde uma base militar foi implementada na Bahia. A partir dessa inserção, a presença de turistas para o veraneio e durante o período de férias intensificou de maneira significativa, e por isso, sucedeu a mudança nos moldes vividos, como nos preços de moradia e na qualidade ambiental. Dessa forma, a arrecadação financeira desse período proporcionou a reversão em obras de infraestrutura, como o sistema viário e construção de estradas. Fruto disso, o litoral e as áreas adjacentes ao aeroporto começaram a ser valorizadas, como alvo de especulação imobiliária (Oliveira, 2009). O andamento da realização urbana foi endossado pelo planejamento do poder público da cidade para a consolidação da urbe. O projeto de extensão impulsionado na cidade era pelo viés da ocupação do litoral norte, verticalização e criação de

condomínios fechados (Oliveira, 2009). Assim, desde a premissa da malha urbana, ocorriam conflitos de interesses relacionados às posses e uso de terra nessa região (Cruz, 2019). Por consequência ao inchaço urbano e do crescimento demográfico, ocorreram diversas tentativas de ocupação no entorno das Lagoas e Dunas do Abaeté com a presença de construções inadequadas na tentativa de alocação de uma parte da população menos abastada e de pessoas influentes interligadas a grilagem de terras (Jornal Metrópole, 2023). Deste modo, em 1980, criou-se em esfera municipal, o Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté. Em continuidade, delimitou-se a área, para posteriormente ser acrescido as definições de forma, uso e ocupação do lugar. Em seguida, em 1987, é criada a APA Lagoas e Dunas do Abaeté. As datações da criação da APA, do zoneamento e do plano de manejo são antigas. Entretanto, o zoneamento, a delimitação de uso sofreram alterações significativas ao longo dos anos. É importante salientar a maneira desigual com que ocorreu a ocupação ao longo da APA, representada por uma marcante desigualdade quanto às classes sociais das regiões, advindas da espoliação urbana (Kowarick, 1979)

Figura 1 - Representação temática das classes sociais no entorno da APA Lagoas e Dunas do Abaeté. Fonte: Vivian de Oliveira Fernandes, Iran Carlos Caria Sacramento, Patrícia Lustosa Brito e Mauro José Alixandrini Júnior.

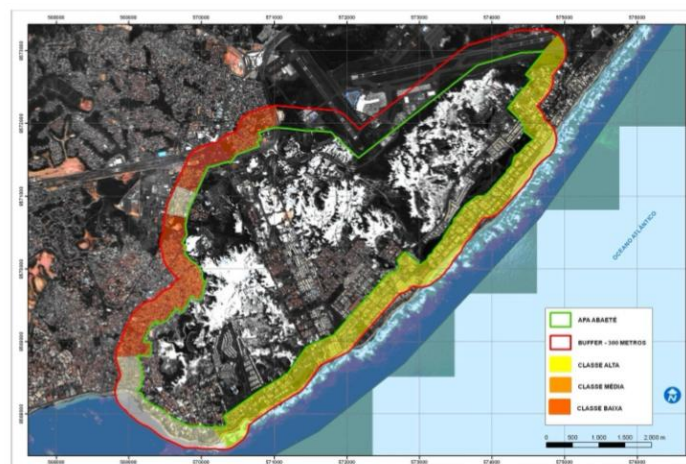


Figura 6. Representação temática das classes sociais no entorno da APA do Abaeté. Fonte: CONDER, (2010).

Entretanto, a intensificação das estratégias de expansão do mercado imobiliário na área da APA ao longo dos anos, seja pela ocupação do litoral para o interior, tanto quanto as construções inadequadas de variadas categorias ou tentativas recorrentes de urbanizar teve grande efetividade e promoveu devastações no ecossistema. Os mapas produzidos ao longo dos anos demonstram como ocorreu a danificação de elementos



15º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA

primordiais da geomorfologia costeira encontrada na área, como a restinga e as dunas, juntamente com a diminuição do nível de água das lagoas.

Figura 2 - Expansão da urbanização e como consequência a progressiva degradação dos componentes físicos, químicos e biológicos do local. Recorte espacial de 1976 a 2017. Fonte: Diego Idelfonso de Oliveira e Ricardo Galeno Fraga de Araújo Pereira, 2020.

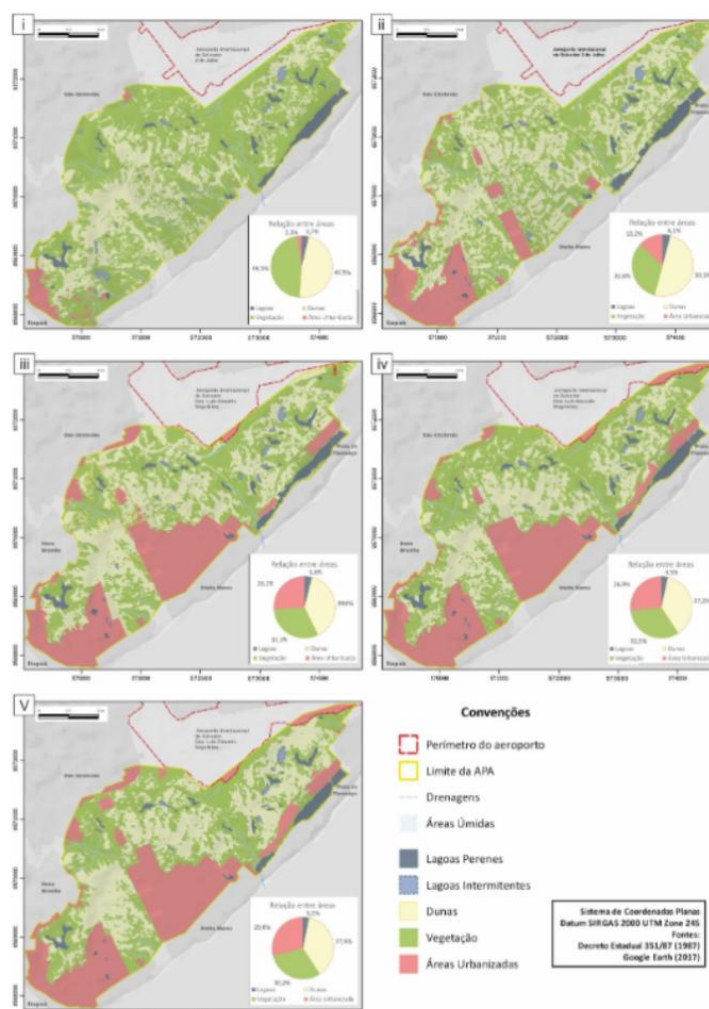
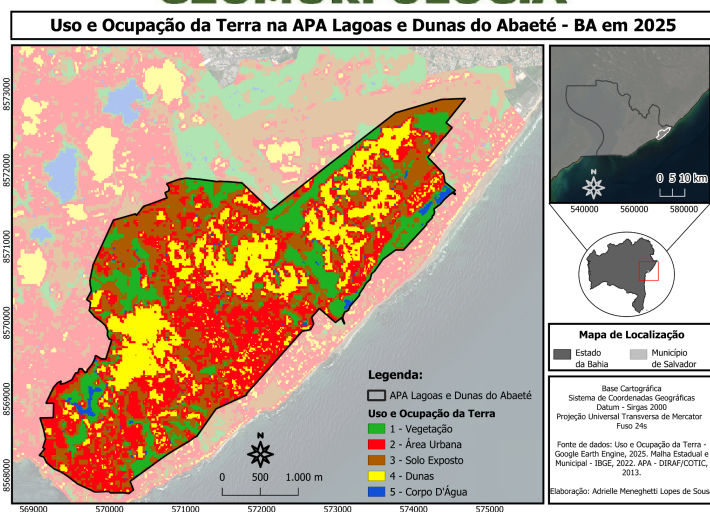


Figura 3 - Uso e Ocupação da Terra na APA Lagoas e Dunas do Abaeté - BA em 2025. Fonte: Autora.



Os mapas acima constata como a insuficiência de regularização das administrações de ambos os parques deixou a desejar na fiscalização da ocupação controlada e na proteção dos recursos presentes nesse importante ecossistema costeiro, com a expressiva diminuição dos aspectos naturais, enquanto há o aumento da mancha urbana, exemplificado inclusive por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quanto ao aumento populacional de Itapuã de 2010 para 2022 (IBGE, 2024). Em dados mais recentes, nota-se como não há um recuo ou contenção desse avanço urbano e danificação dessa região extremamente importante para o equilíbrio geográfico, biológico, físico e químico local. As Lagoas e Dunas do Abaeté representam os últimos remanescentes de dunas, lagoas e restingas em Salvador, além de ser um importante manancial urbano do tipo de ecossistema encontrado. (INEMA, 2022). Através da presença de todos esses dados, é curioso notar como a área de ocupação mais próxima da população com maior renda teve uma expansão. Paralelo a isso, houve o aumento da venda de imóveis comerciais e da procura para a compra de imóveis comerciais no bairro de Itapuã durante os anos de 2019 a 2024, onde o bairro com a maior extensão da APA está presente entre os dez da lista ao longo do período citado. Os dados são disponibilizados pelo índice FipeZap, um índice de preço de imóveis residenciais e comerciais com abrangência nacional promovido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), uma instituição privada sem fins lucrativos cuja possui cooperação com o setor de economia Universidade de São Paulo (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2025).



O curso da facilidade para danificação da região pode ser compreendida por possível descaso, onde a fiscalização é mínima, sem um controle rígido para as licitações que permitem a implementação de empreendimentos e ocupações no entorno. As consequências são crescentes prejuízos ao local. A falta de atualização do plano de manejo, cujo foi feito em 1997, do zoneamento permissivo e desatualizado do ano de 2002 e de obras públicas que poderiam ser repensadas ou revistas para verdadeiramente melhorar a estrutura sem deteriorar o ambiente, ou seja, com um planejamento integrado de mínimo impacto. Além disso, a falta de promover um monitoramento mais eficiente da região, seja ele anual, mensal, semanal ou diário, como o de ocupação no local, e não somente o monitoramento desintegrado feito pelo INEMA, junto de uma diminuta impunidade para aqueles que têm denúncias no Ministério Público Federal (MPF) de construções irregulares avançadas no local.

Acrescido a essas razões, um dos maiores empecilhos é a falta de diálogo ou de verdadeira aplicabilidade das sugestões por parte do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental no que diz respeito às ideias de conselheiros preocupados com a devastação na região, como registrado nas ATAS das reuniões do Conselho Gestor da APA, junto de grupos sociais, ambientalistas e membros da sociedade civil, cujo tem um papel imprescindível de denúncia, apresentação de relatórios técnicos e possíveis soluções para as problemáticas encontradas, como o Fórum Permanente de Itapuã que propôs um ZEE menos invasivo, cujo foi desconsiderado. Portanto, a maneira integrada de comunicação entre entes acadêmicos interinstitucionais e interdisciplinares é de suma importância (Codes, 2024) haja vista o volume de dados e estudos encontrados sobre a APA.

GRUPOS DE RESISTÊNCIA

A Lagoa do Abaeté, localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA), é palco de conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e interesses econômicos, especialmente do setor imobiliário. A resistência comunitária, liderada por figuras como a antropóloga Clara Domingas e terreiros de candomblé, enfrenta dificuldades, como a desarticulação interna. Apenas 3 dos mais de 54 terreiros participam ativamente das ações de preservação. O avanço de obras, como a construção da Estação Elevatória de Esgoto durante a pandemia, exemplifica a ameaça constante ao território. Esses grupos



buscam proteger o espaço com ações simples, mas significativas, como rituais religiosos e educação ambiental para crianças, para gerar consciência e pertencimento. A luta também envolve combater a falta de reconhecimento legal da APA como território afroindígena. Iniciativas como os "Xirês Patrimoniais" visam o tombamento da lagoa e promovem eventos culturais e educativos. Além disso, integrantes da resistência, como a Clara, atuaram voluntariamente na câmara técnica da APA, buscando impedir a privatização e obras prejudiciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de ocupação e o planejamento para áreas litorâneas revelam desafios significativos especialmente no que tange ao conflito entre áreas de proteção ambiental (APA) e a especulação imobiliária, esse conflito se dá por serem áreas de alto valor econômico agregado, e é onde encontram-se ecossistemas extremamente sensíveis às ações antrópicas, como Dunas, Restingas e Manguezais de modo que a lei do Código Florestal N° 12.651 de 2012 determina que essas devem ser áreas de proteção permanente (APP).

Medir a efetividade da proteção ambiental de uma Unidade de Conservação é uma difícil tarefa principalmente ao conceber o planejamento ambiental de maneira holística e multifacetada de modo que para considerar uma proteção ambiental efetiva precisaríamos levar em consideração aspectos como a sua função ecossistêmica, social, cultural ecológica, religiosa e econômica, além de planejar maneiras de perpetuar essas funções priorizando a saúde daquele ambiente. Dada a complexidade desta análise, vamos no ater apenas ao conflito entre a comunidade que ocupa historicamente a área de proteção ambiental e os interesses comerciais do mercado imobiliário da cidade de Salvador. Avaliamos como o poder público e a gestão da APA têm lidado com a expansão urbana sobre seus limites.

Um dos documentos utilizados na análise foi o zoneamento proposto pelo ZEE, que em conjunto com uma ausência de um conselho gestor integrado e participativo e um Plano de Manejo antigo que não contempla os novos conflitos territoriais presentes, o que demonstra a fragilidade da proteção ambiental na APA. A expansão urbana crescente, associada à possibilidade de ampliação do aeroporto de Salvador, coloca em



risco a integridade ecológica e cultural da região, comprometendo um dos últimos remanescentes deste ecossistema costeiro na Bahia.

Durante o trabalho de Campo encontramos representantes da comunidade relatando a degradação ambiental observada dentro dos limites da APA, além do aumento de construções irregulares, a denúncia desses moradores é acerca das medidas restritivas visando a proteção ambiental serem seletivas de modo que a população que reside historicamente no local não pode ocupar o espaço da lagoa sob o pretexto de ser poluindo a mesma, como foi o caso das Ganhadeiras enquanto são erguidos Hoteis e Condomínios de luxo dentro da Área de proteção ambiental e não há sinais de investigação ou multas por eventuais irregularidades, entretanto sabemos que o potencial poluidor de um grande empreendimento como os supracitados é muito maior que o uso da terra feito por populações tradicionais a anos dentro daquele mesmo espaço.

Por fim entendemos a complexidade de lidar com disputas territoriais e ainda assim praticar uma gestão ambiental que prioriza a conservação destes ecossistemas, entretanto é necessário pontuar as deficiências encontradas no atual planejamento para a área de pesquisa de modo que estes problemas possam ser superados com objetivo de integrar os diferentes usos da APA. Trabalhos pretéritos utilizando sensoriamento remoto já identifica um crescimento de 1.161% entre 1976 e 2017 de áreas urbanizadas na APA das Lagoas e Dunas do Abaeté e aponta que caso ocorra a ampliação do aeroporto de Salvador como prevê o zoneamento estabelecido pelo ZEE restariam apenas 43,9% de área protegida (Oliveira, 2020).

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei n.351, de 22 de setembro de 1987. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA das LAGOAS e DUNAS DO ABAETÉ, no município de Salvador, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 23 set. 1987.

BRADYMIR, Lídia; TAVARES, Fátima. Conflitos religiosos e espaço público: A disputa pelas Dunas do Abaeté em Salvador. **Anuário Antropológico**, v.49, n.1, 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. SECRETARIA GERAL. Folha SD.24 Salvador: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso potencial da Terra, p. 624. Rio de Janeiro, RJ: **Projeto RADAMBRASIL**, 1981.



Cruz, Thiago Conceição. Ganhadeiras de Itapuã: As formas de dizer de si. Thiago Conceição Cruz. **Salvador**, 2019.

DOMINGUEZ, J.M.L.; BITTENCOURT, A.C.S.P. Zona Costeira do Estado da Bahia. Geologia da Bahia: pesquisa e atualização. **Série de publicações especiais**: 13, v. 2, p. 395-425. Salvador, BA: CBPM, 2012.

INEMA. PLANO DE MANEJO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS LAGOAS E DUNAS DE ABAETÉ. **Bahia**, 1997.

MENESES, Rodrigo. Invasão nas Dunas do Abaeté. Jornal da Metrópole. **Salvador**, 7 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, D. I. DE; PEREIRA, R. G. F DE A. Análise Espaço-Temporal do Estado de Conservação da área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté. **Geociências**, v. 39, n. 1, p. 215-226. São Paulo: UNESP, 2020.

OLIVEIRA, Diego Delfonso de; PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga de Araujo. Análise espaço-temporal do Estado de Conservação da área de proteção ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté. São Paulo, UNESP, **Geociências**, v. 39, n.1, p. 215 - 226, 2020.

OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. Turismo, Cultura e Meio Ambiente: estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador - Bahia. **Orlando José Ribeiro de Oliveira**. Brasília, 2009.

SALVADOR. Decreto Nº 22.906 de 24 de maio de 2012. Trata da ampliação do Parque Metropolitano e Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté, inserido neste contexto a criação específica do Parque das Dunas destinado a preservação da integridade dos ecossistemas naturais ali existentes. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 22 maio 2012.

SANTOS, Clarissa; SILVA, Gladson; SAMPAIO, Luciana; PEREIRA, Mariana; Jabaly, Sara. **Relatório Técnico para sinalização da APA Lagoas e Dunas do Abaeté**. UFBA, 2022.

SOUZA, Tayla Regina de; SILVA, Francisca Viviane Bueno da; SOARES, Julia de Jesus; BERTHO, Vinicius Gonçalves de França. APA das Lagoas e Dunas do Abaeté: Uma análise de degradação ambiental, impactos socioambientais e possibilidades de proteção ambiental a partir da resistência cultural. **Editora Realize**, 2024.